

2015

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 7 - N.02
Abril de 2015
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Opinião pública e protestos

Helcimara de Souza Telles

Jairo Pimentel

Wladimir Gramacho

OPINIÃO

Jairo Nicolau

RESENHA

Érica Anita Baptista



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE
Aquilles Magide – UFPE
Arthur Leandro – Estácio de Sá
Bruno Dallari – UFPR
Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA
Denise Paiva Ferreira – UFG
Érica Anita Baptista – UFMG
Gabriela Tarouco – UFPE
Gustavo Venturi Júnior – USP
Helcimara de Souza Telles – UFMG
Heloisa Dias Bezerra – UFG
Julian Borba – UFSC
Letícia Ruiz – Universidad de Salamanca
Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Malco Braga Camargos – PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo – UFMG
Pedro Floriano Ribeiro – UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS
Yan de Souza Carreirão – UFSC

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política – DCP
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte
Minas Gerais – Brasil – CEP: 31.270-901
+ (55) 31 3409 3823
Email: revista.emdebate@yahoo.com.br
Facebook: Grupo Opinião Pública
Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista

Equipe Técnica:

André Abreu
Hanna Simões

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e
Econômicas – IPESPE
Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos – PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo – UFMG
Pedro Floriano Ribeiro – UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS
Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VII, Número II, Abril 2015

SUMÁRIO

Editorial 5-6

Dossiê: Opinião pública e protestos

- O que os protestos trazem de novo para a política brasileira? 7-14

Helcimara Telles

- Impeachment, oposição e autoritarismo – O perfil e demanda dos manifestantes em São Paulo 15-22

Jairo Pimentel

- Uma pesquisa de opinião pública conta? O caso do plebiscito sobre a Reforma Política em meio aos protestos de 2013 23-28

Wladimir Gramacho

Opinião

- Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014 29-41

Jairo Nicolau

Resenha

- **Cobertura jornalística da corrupção política:
sistemas políticos, sistemas mediáticos e
enquadramentos legais**

42-48

Érica Anita Baptista

Colaboradores desta edição

49-50

EDITORIAL

Opinião Pública e Protestos

A atual situação política brasileira, marcada pela crise política e pela desconfiança dos eleitores no sistema político partidário, deixa explícita a existência de uma distinção entre os resultados das urnas em outubro de 2014 e a governança. O periódico *Em Debate* de abril discutirá sobre os protestos e a opinião pública brasileira.

O dossiê é aberto por Helcimara de Souza Telles, professora da Universidade Federal de Minas Gerais. A professora apresenta em seu artigo “O que os protestos trazem de novo para a política brasileira?” os resultados da pesquisa “Perfil Ideológico e Atitudes Políticas dos Manifestantes de 12 de abril”, realizada pelo Grupo Opinião Pública em parceria com o Centro de Convergência de Novas Mídias e Agência Press. A cientista política afirma que estamos diante de um fenômeno no qual os grupos de direita moderada e radical que tomaram as ruas no dia 12 de abril têm como base de coesão o forte antipetismo, seja pela corrupção atribuída ao partido, seja pela resistência ideológica às políticas exitosas de inclusão social.

Jairo Pimentel, Doutor pela Universidade de São Paulo, em seu artigo “Impeachment, oposição e autoritarismo – o perfil e demanda dos manifestantes em São Paulo” busca entender as motivações e perfil das pessoas que tomaram parte das manifestações dos dias 15 de março e 12 de abril na cidade de São Paulo. Analisa as diferenças nas reivindicações dos manifestantes, tendo de um lado aqueles que protestavam contra o Governo

Federal em relação às falhas das instituições democráticas e, de outro, aqueles que apelaram para opções antisistema.

Wladimir Gramacho, professor da Universidade de Brasília, em seu ensaio “Uma pesquisa de opinião pública conta? O caso do plebiscito sobre a reforma política em meio aos protestos de 2013”, mostra os resultados do *survey* telefônico sobre a reforma política feita pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM. Tendo tal pesquisa como base, discute sobre a relevância que as pesquisas de opinião pública têm para orientar as decisões governamentais.

Na seção “Opinião”, Jairo Nicolau, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em “Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014”, analisa os efeitos de uma série de variáveis no desempenho do PT e PSDB nas eleições de 2014, tais como os efeitos das características sociais (renda per capita e tamanho da população), cobertura do Bolsa Família e regiões, através de regressão linear, tendo os municípios como unidade de análise.

Na seção Resenha, Érica Anita Baptista, doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta o livro “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: Sistemas Políticos, Sistemas Mediáticos e Enquadramentos Legais”, organizado por Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano. A obra é uma coletânea de artigos de pesquisadores dos três países envolvidos no projeto (Moçambique, Portugal e Brasil) com análises e panoramas das investigações sobre o tema da corrupção. Seus capítulos foram organizados por temas, de modo que a primeira parte do livro trata dos sistemas políticos, do aspecto jurídico da corrupção e do sistema midiático. Na segunda parte, os trabalhos dedicaram-se aos estudos empíricos.

O QUE OS PROTESTOS TRAZEM DE NOVO PARA A POLÍTICA BRASILEIRA?¹

Helcimara de Souza Telles
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ mara-telles@uol.com.br

Resumo: Diante deste incomum cenário pós-eleitoral em que a mídia e as redes sociais fazem-se tão presentes, este artigo busca analisar os protestos de 15 de março e 12 de abril, com um aprofundamento neste último evento, no qual foi realizada a pesquisa “Perfil Ideológico e Atitudes Políticas dos Manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)”.

Palavras-chave: Protestos; 12 de abril; antipetismo; direita; extrema direita; manifestação.

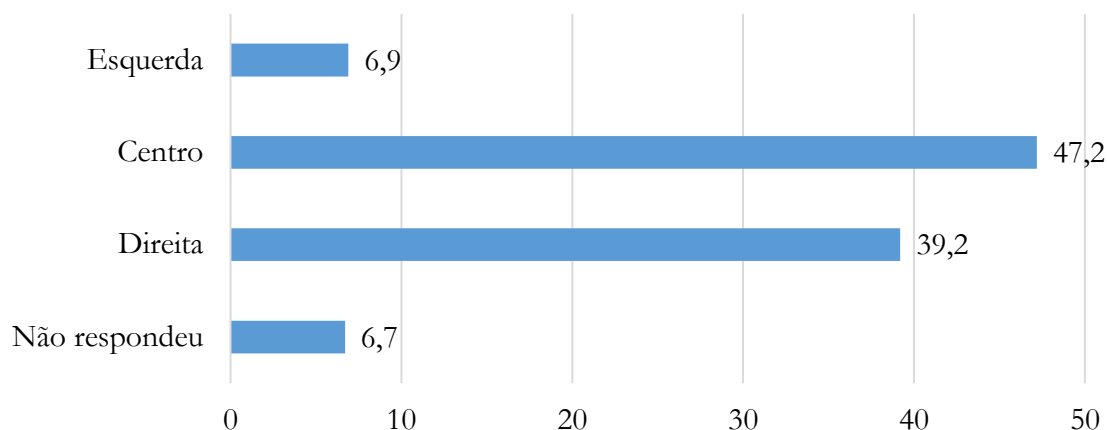
Abstract: In view of this unusual post-election scenario in which the media and social networks make themselves present, this paper analyzes the protests of March 15th and April 12th, with a deepening in the last event, in which the survey "Profile Ideological and Political Attitudes of the Manifestations of April 12 (Belo Horizonte)" was conducted.

Keywords: Protests; April 12th; antipetismo; right; extreme right; manifestation.

Os protestos de 15 de março e de 12 de abril foram convocados principalmente por três grupos com face pública nas redes sociais – Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados Online – e por políticos do PSDB. Pouco se conhece sobre o perfil dos eleitores que frequentam os espaços online. Tomando por base o discurso enunciado pelos líderes que organizaram os protestos de 15 de março e os conteúdos compartilhados durante as convocatórias, observa-se que a manifestação reuniu grupos ideologicamente distribuídos em posições distintas, que passam pelo centro e também alcançam a extrema direita.

¹ - Pesquisa “Perfil Ideológico e Atitudes Políticas dos Manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)” realizada por meio de parceria entre o Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral, o Centro de Convergência em Novas Mídias e a Agência Press. A coordenação é de Helcimara de Souza Telles

Gráfico 1 - Ideologia – Escala Direita-Esquerda

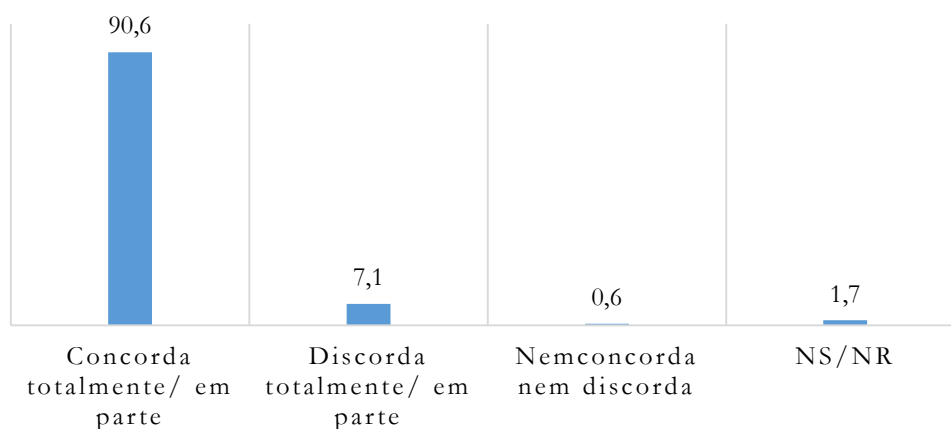


P28: “Quando o assunto é política, muita gente fala em atitudes ou ideias de esquerda e de direita. Neste cartão tem uma escala (MOSTRAR CARTÃO 1): do 1, que representa a extrema-esquerda, ao 7, que é extrema-direita. Onde você se colocaria, considerando as suas próprias ideias?” 1/2/3 = Esquerda 4 = Centro 5,6,7 = Direita

Fonte: Pesquisa “Perfil Ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)”.

Em 15 de março, o evento foi exitoso, sobretudo no Sul e no Sudeste, regiões nas quais se concentrou significativo número de manifestantes e onde o senador Aécio Neves obteve maior votação. Uma primeira “novidade” a destacar é a organização não institucional desses grupos, que não foram liderados por “políticos tradicionais”. Um segundo fato é a presença do antipetismo nas mensagens compartilhadas, inclusive nos espaços off-line.

Gráfico 2 - Antipetismo - O PT faz um grande mal para o Brasil

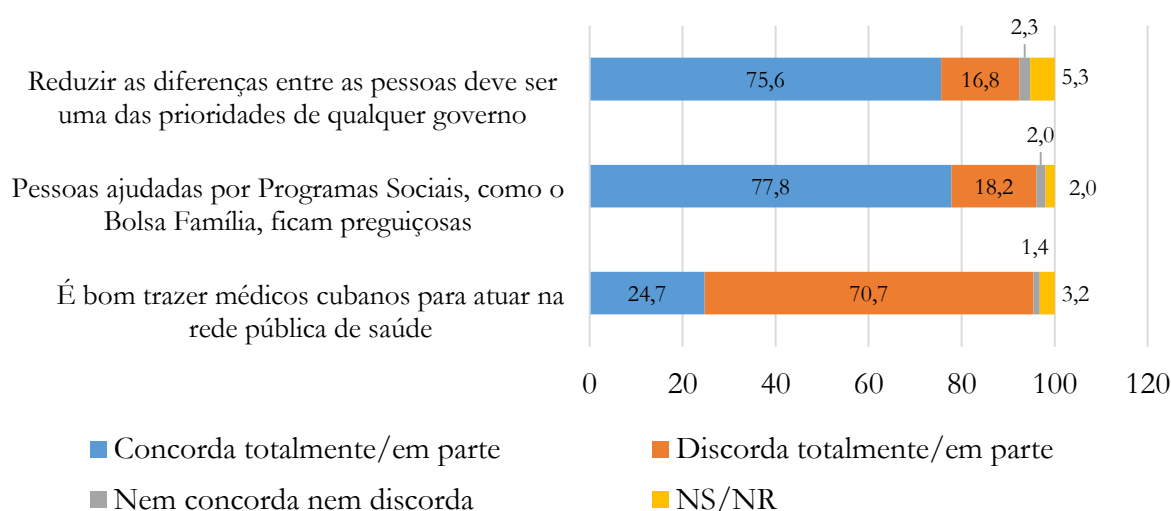


P68: “Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se CONCORDA OU DISCORDA para cada uma delas (PERGUNTAR A CADA FRASE SE TOTALMENTE OU EM PARTE)”

Fonte: Pesquisa “Perfil Ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)”.

Os manifestantes que compareceram aos protestos contra o governo da presidente Dilma Rousseff, em 12 de abril, em Belo Horizonte, foram pesquisados por meio de um *survey*. Eles são, em sua maioria, brancos, com alto grau de escolaridade, buscam informações, sobretudo, nas redes sociais e nutrem sentimento antipetista. Em geral, apresentam resistência aos temas que dizem respeito à expansão dos direitos das minorias, uma vez que a maior parte discorda das políticas governamentais de inclusão social, como o Bolsa Família e as cotas raciais.

Gráfico 3 - Programas de governo



P52: “Reduzir as diferenças entre as pessoas deve ser uma prioridade de qualquer governo”

P75: “Pessoas ajudadas por programas sociais, como o Bolsa Família, ficam preguiçosas”

P76: “É bom trazer médicos cubanos para atuar na rede pública de saúde”

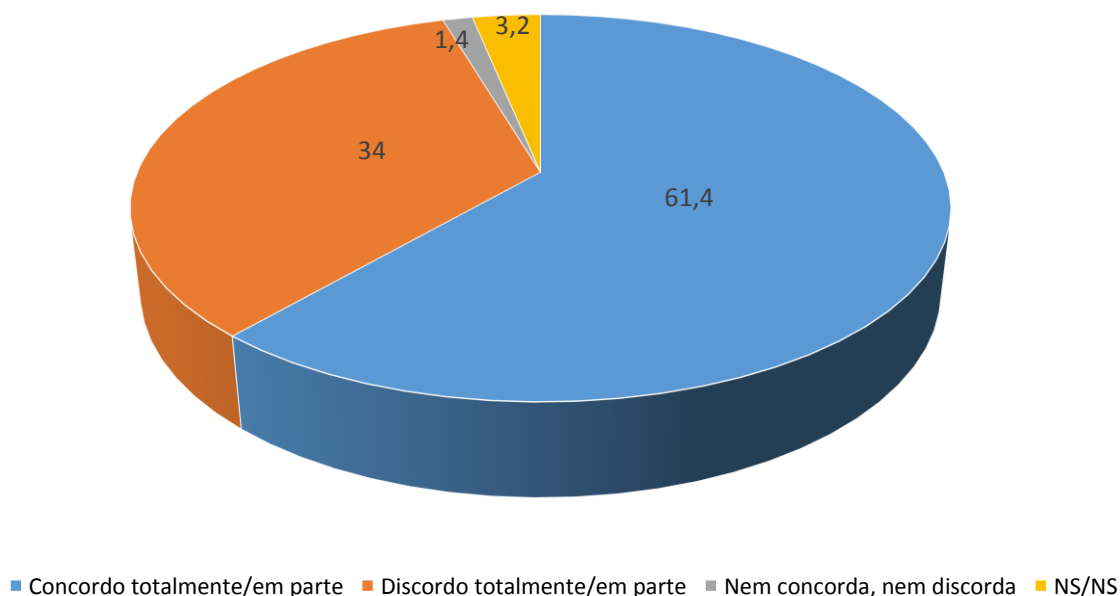
Fonte: Pesquisa “Perfil Ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte) ”.

Surpreende, ainda, que parcela significativa desses manifestantes considera que nordestinos e pobres não têm consciência e informação suficientes para tomar decisões políticas, o que demonstra adesão à hierarquia social das classes. Além disso, chama a atenção o fato de que os que protestavam aceitam as políticas punitivistas, como a redução da maioridade penal, e apoiam o porte de armas. Eles prezam a liberdade individual e econômica, consideram que os impostos são muito altos, compondo, nesse

aspecto econômico, um perfil liberal clássico. Outro elemento a ser destacado é o forte componente da ideologia “anticomunista” da Guerra Fria, que já se fez presente no Brasil no período anterior ao golpe militar. Esse grupo acredita que o país está a caminho de uma “venezualização” e cada vez mais parecido com Cuba.

Gráfico 4 - Apoio ao porte de armas

Os cidadãos honestos devem ter o direito de portar armas



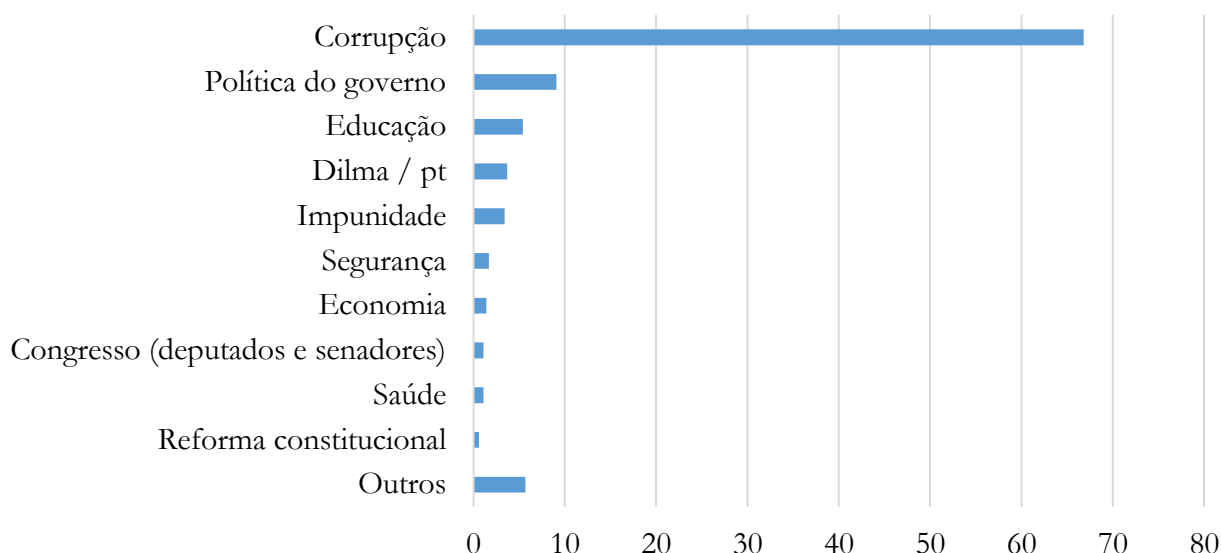
P65: “Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se CONCORDA OU DISCORDA para cada uma delas (PERGUNTAR A CADA FRASE SE TOTALMENTE OU EM PARTE) ”. Respostas referentes à questão:

Fonte: Pesquisa “Perfil Ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)”.

Os manifestantes avaliam de modo bastante negativo a atuação da Presidente Dilma e do ex-presidente Lula, considerados “malfeitores” e mandatários dos governos mais corruptos do país, mesmo quando comparados aos dos militares ou ao do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Deve-se destacar, ainda, que quase todos votaram em Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2014. Contudo, nota-se que a maior parte dos

manifestantes foram às ruas pela indignação com a corrupção, que consideram o principal problema do país. Em geral, estão profundamente desencantados com os partidos políticos e desejam a cassação, a renúncia ou o impeachment da residente Dilma. Entretanto, quando perguntados sobre questões que dizem respeito à democracia representativa, os manifestantes discordam que a Presidência possa fechar o Congresso Nacional, censurar a imprensa ou interferir nos sindicatos

Gráfico 5 - Principal problema do país



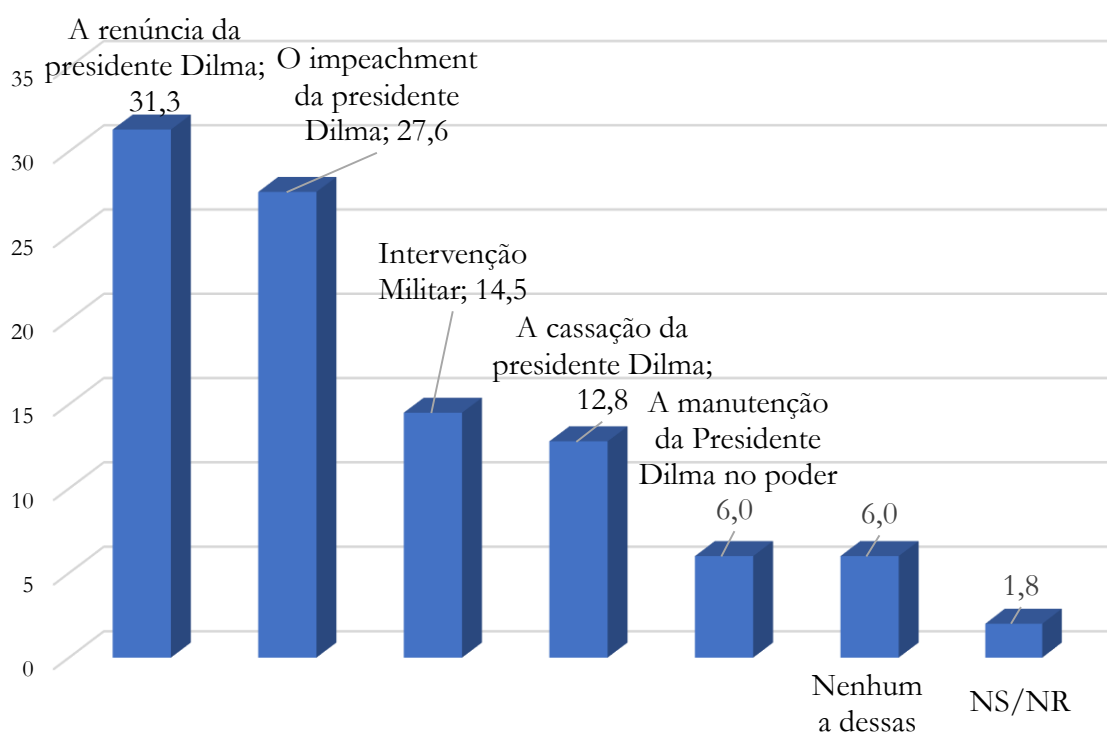
P24: “Agora gostaria que você me apontasse quais seriam, na sua opinião, os DOIS MAIORES problemas do Brasil?” (1º Lugar)

Fonte: Pesquisa “Perfil Ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)”.

Paradoxalmente, parte significativa considera que os militares podem ser chamados a tomar o poder, em caso de desordem no país, o que pode ser explicado pelo intenso desejo, por parte dos manifestantes, de interromper o atual mandato. Eles estão dispostos a retirar a presidente do poder, pelo uso de medidas legais ou ilegais, e alguns grupos desejam o fim dos atuais partidos políticos. Finalmente, seria o caso de indagar se os efeitos do ajuste fiscal e a piora dos indicadores econômicos poderão estender esse perfil ideológico a outras parcelas do eleitorado ou se as consequências econômicas poderão

seduzir segmentos tradicionalmente sob influência do atual governo e do PT, sobretudo os recém-chegados à chamada “nova classe C”. O enfraquecimento da identidade partidária com o PT poderá aumentar os espaços para o antipetismo? Caso isso ocorra, aos insatisfeitos com a atual gestão poderão se agregar antigos eleitores e apoiadores da presidente? Esses grupos serão atraídos pelo principal partido de oposição ao governo, o PSDB, ou se manterão dispersos e distantes dos partidos políticos?

Gráfico 6 - Propostas para a situação atual da Presidente (%)



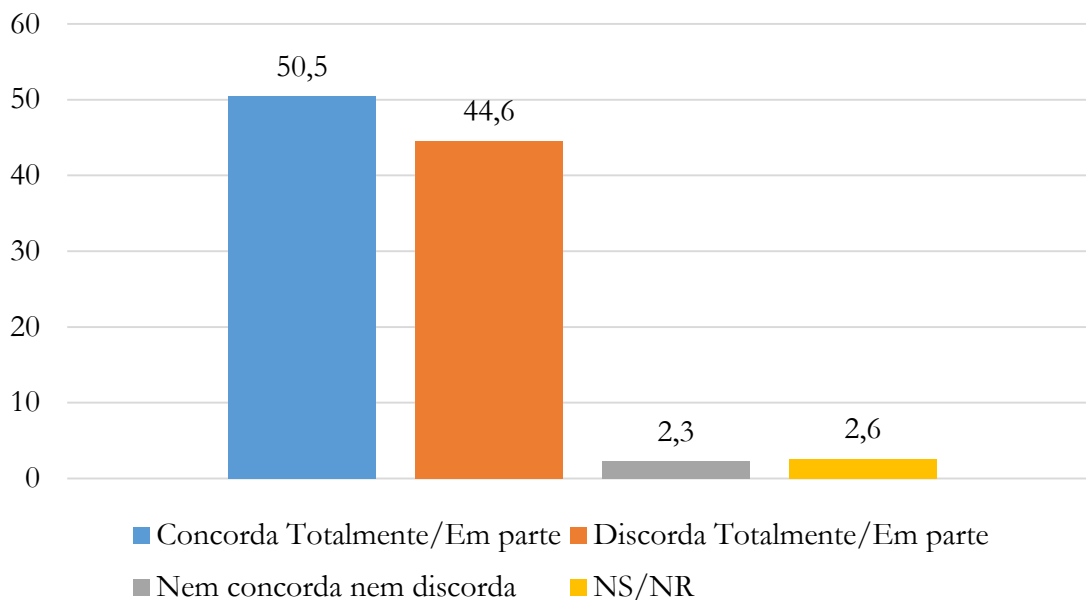
P48: “Nesse momento, o que você acha que seria melhor para o país? ”

Fonte: Pesquisa “Perfil Ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)”.

Os protestos demonstram que novos perfis ideológicos emergem, que os grupos oposicionistas têm ganhado visibilidade nas ruas e que o PT delas se distanciou. Deve-se destacar que, se a crítica da sociedade é neste momento dirigida ao partido que governa, os equívocos dos partidos políticos, em geral, parecem produzir um fenômeno de desafeto com a política institucional. Tal fenômeno é revelado pela perda de confiança nas instituições e na classe

política. Em contextos de crise de representatividade e insatisfação, podem emergir atores com discursos mais radicalizados à direita.

Gráfico 7 - Intervenção Militar



P59: “Em situação de muita desordem, os militares devem ser chamados a tomar o poder”

Fonte: Pesquisa “Perfil Ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril (Belo Horizonte)”.

Em suma, pelo perfil dos manifestantes traçado pela pesquisa, pode-se concluir que estamos diante de um fenômeno no qual os grupos de direita moderada e radical que tomaram as ruas no dia 12 de abril têm como base de coesão o forte antipetismo, seja pela corrupção atribuída ao partido, seja pela resistência ideológica às políticas exitosas de inclusão social. Para os manifestantes, os “males do Brasil” são, em sua maior parte, provocados pelos governos e governantes identificados como petistas, o que revela um antipartidarismo reativo.

Referências

PERFIL IDEOLÓGICO E ATITUDES POLÍTICAS DOS MANIFESTANTES DE 12 DE ABRIL. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 17 de abril de 2015. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/pesquisas/perfil-ideologico-e-atitudes-politicas-dos-manifestantes-de-12-de-abril-belo-horizonte>>

IMPEACHMENT, OPOSIÇÃO E AUTORITARISMO – O PERFIL E DEMANDA DOS MANIFESTANTES EM SÃO PAULO

Jairo Pimentel Jr.
Universidade de São Paulo (USP)
✉ jairo.pimentel@usp.br

Resumo: *O artigo busca entender as motivações e perfil das pessoas que tomaram parte das manifestações dos dias 15 de março e 12 de abril na cidade de São Paulo. O objetivo é buscar identificar sumariamente diferenças nas reivindicações dos manifestantes, quantificando por um lado aqueles que protestavam contra o Governo Federal com deferência às instituições democráticas e aqueles que buscaram apelar para opções antissistema em seu protesto contra o Governo Federal.*

Palavras-chave: *Manifestações; Impeachment; autoritarismo; Governo Federal.*

Abstract: *This article attempts to understand the motivations and characteristics of people who took part in manifestations of days March 15th and April 12th in the city of São Paulo. The goal is to seek briefly identify differences in CLAIMS of the protesters, quantifying on the one hand those who protested against the federal government with respect for democratic institutions and those who sought to appeal to anti-system options in their protest against the federal government.*

Keywords: *Events; Impeachment; Authoritarianism; Federal Government.*

Motivados em grande parte pelas denúncias de corrupção do chamado Petrolão, mas também por uma série de ajustes fiscais (inclusive contraditórios ao que Dilma afirmou em sua campanha de 2014, o que poderia configurar um estelionato eleitoral), pelo aumento de energia elétrica e combustível, bem como por um sentimento antipetista, a maioria dos manifestantes foi às ruas pedindo o impeachment da presidente Dilma.

Entretanto, uma boa parcela desses manifestantes apresentou em si um comportamento paradoxal: utilizaram as manifestações para expor um sentimento autoritário. Isso se evidencia nas faixas e gritos por uma intervenção militar para retirar a presidente do governo, além da intolerância em relação a opiniões contrárias as suas.

Nesse sentido, o artigo aqui presente trata de elucidar melhor as motivações e demandas dos manifestantes em São Paulo, tratando de entender as diferenças de perfis entre aqueles que se declaram mais propensos a uma solução militar em relação àqueles que protestaram contra o Governo Federal sem apelar para soluções antissistema. Para tanto, foram realizados dois campos de pesquisa, visando coletar informações dos manifestantes durante essas oportunidades¹.

Motivações para pedir o impeachment

A grande maioria dos manifestantes pode ser considerada de classe média alta. Possuíam maior escolaridade e renda familiar do que a média da cidade de São Paulo². Basicamente trata-se assim do perfil que vem votando contra o PT nas últimas eleições presidenciais, tal como mostra uma variedade de trabalhos sobre o tema (HOLZHACKER, BALBACHEVSKY, 2007; SINGER, 2009; BRAGA, PIMENTEL, 2011). Isso pode ser comprovado na pergunta sobre o voto na última eleição presidencial. Fica evidente pelos dados que se trata de eleitores que votaram

¹ Pesquisas realizadas pelo próprio autor – os resultados da pesquisa podem ser encontrados na íntegra nos seguintes links: 15 de março: https://drive.google.com/file/d/0B_X0JJgtT4-RUTRGcVNFMV9MYIU/view?hc_location=ufr

12 de abril: https://docs.google.com/file/d/0B_X0JJgtT4-RbmU0Rk5NbnN5Tkk/edit?pli=1

² Segundo pesquisa Datafolha de fevereiro de 2015

(<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587339-reprovacao-a-governo-haddad-volta-a-crescer-entre-paulistanos.shtml>), cerca de 28% dos paulistanos ganham mais de 5 salários mínimos, enquanto que nas manifestações esse percentual era de 60%.

na oposição, sendo a maioria de eleitores do candidato Aécio Neves do PSDB (cerca de 70% dos entrevistados declararam ter votado em Aécio no primeiro turno).

Além disso, em sua maioria, os manifestantes não demonstraram possuir preferência partidária (apenas 28% declararam isso), mas aqueles que possuíam tendiam a se declarar como peessedebistas (cerca de 75% dos que possuíam preferência). Por outro lado, além disso, 80% dos manifestantes afirmaram não gostar do PT, mostrando que o público das manifestações é formado não necessariamente por eleitores tucanos, mas com toda certeza fazem parte de um núcleo duro de oposição ao Governo Federal.

Para avaliar as motivações sobre o impeachment foi perguntado primeiramente (na pesquisa de 12 de abril) se o entrevistado era a favor ou contra ele. Cerca de 79% dos entrevistados da manifestação se mostraram favoráveis.

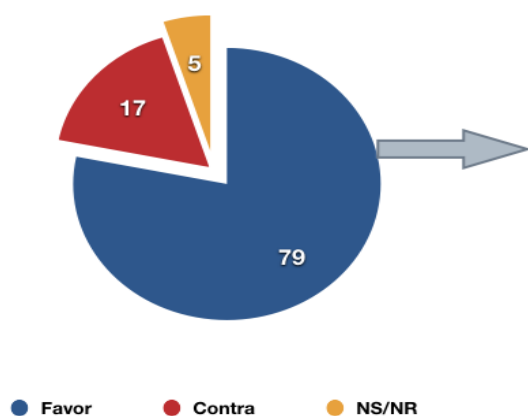
Foi questionado ainda a esses favoráveis as razões pelas quais eles defendiam o impeachment de Dilma. Para tanto, foram utilizadas cinco categorias de estímulos visando compreender o peso das principais teses sobre a razão dos manifestantes estarem pleiteando o impeachment da presidente Dilma.

A primeira hipótese é de descontentamento em relação à corrupção e de fato foi a razão mais citada pelos entrevistados (41%). Em segundo lugar vem a hipótese econômica de que o descontentamento seria derivado da má gestão de Dilma durante seu primeiro mandato, que inclusive a levou a fazer ajustes fiscais no começo de seu segundo mandato (com 19%). Em terceiro lugar aparece a hipótese de estelionato eleitoral (com 16%). Em quarto a hipótese de que o movimento seria um “terceiro turno”, pelo não reconhecimento do merecimento de sua vitória em novembro (14%). Por

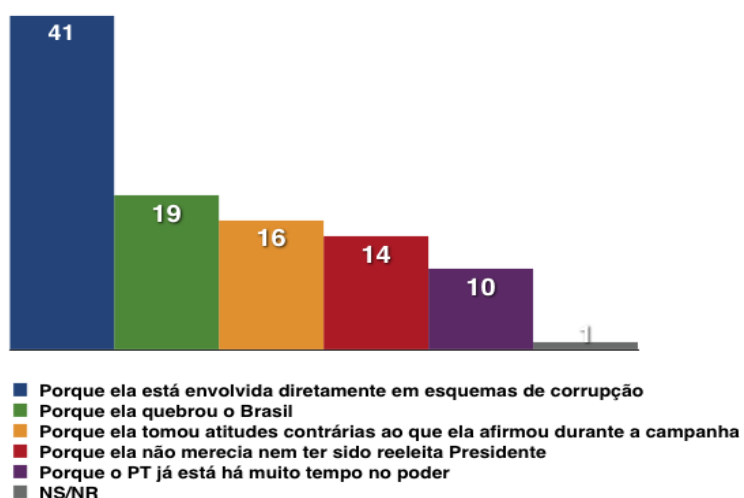
fim, a última hipótese se refere a hipótese de antipetismo, mensurada pela ideia de que o PT já está há muito tempo no poder (com 10%). Assim, os dados indicam que a corrupção é de fato o motivo principal para descontentamento dos entrevistados, entretanto, outras razões de desempenho do PT e de Dilma na presidência também aparecem com força como motivação para pedir o impeachment.

Gráficos 1 e 2 – Impeachment da Dilma

Você é a favor ou contra o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff (%)



**(Para quem é a favor do Impeachment da Presidente Dilma-79% da amostra)
 Dos motivos que eu citar, qual a razão principal para você ser a favor do Impeachment da Presidente Dilma? (%)**



Fonte: pesquisa realizada pelo autor (São Paulo, 12 de abril)

Entretanto, fora a questão da corrupção (se comprovado obviamente a sua participação direta), o desempenho econômico e político de um governante não podem ser considerados motivos para o seu impeachment, mas parece sim ser um descontentamento com motivações mais políticas mais arraigadas.

Impeachment, Intervenção e Oposição

É ponto comum que a grande maioria considerava importante estar na manifestação para protestar contra o Governo Federal (cerca de 90%, considerou muito importante ou importante), mas os manifestantes se diferenciavam quanto a dois fatores: 1) retirar Dilma do governo ou não por meio de impeachment. 2) o método de retirada de Dilma do poder (intervenção ou não).

Uma das principais constatações da pesquisa foi de que 39% dos manifestantes da manifestação de 12 de abril eram a favor de uma intervenção militar e 57% foram contrários. Cerca de $\frac{1}{4}$ nas duas pesquisas realizadas considerou ser muito importante ou importante estar na manifestação para apoiar a volta de um governo militar. Esses dados revelam que uma minoria possuía uma opinião mais autoritária sobre os rumos da política brasileira, entretanto, trata-se de um percentual considerável dentro do público presente na manifestação.

Assim, para classificar a opinião dos manifestantes quanto a essas duas questões, foi realizado o cruzamento a seguir. Nele observa-se que existe um núcleo duro de 36% de manifestantes a favor do impeachment da presidente Dilma e a favor de uma intervenção militar (que podemos chamar de intervencionistas), ou seja, pessoas que estariam dispostas a retirar a presidente Dilma do Governo, mesmo através do uso da força. Outros 40% são favoráveis ao impeachment, mas contra uma intervenção militar (que podemos chamar oposicionistas a favor do impeachment) para tirar Dilma do Governo e, por fim, vemos 14% contra o impeachment e contra uma intervenção militar (denominados oposicionistas contra impeachment). Houve ainda uma categoria residual com 2% contra o impeachment e a favor de uma intervenção militar.

JAIRO PIMENTEL
IMPEACHMENT, OPOSIÇÃO E AUTORITARISMO – O PERFIL E DEMANDA DOS
MANIFESTANTES EM SÃO PAULO

Tabela 1 - Cruzamento. Favorabilidade ao impeachment e intervenção militar
(os % representam a soma do total da amostra)

Você é a favor ou contra o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff?	Você é a favor ou contra uma intervenção militar para tirar a Presidente Dilma da Presidência?			Total
	Favor	Contra	NSNR	
Favor	36%	40%	3%	79%
Contra	2%	14%	1%	17%
NS/NR	1%	3%	1%	5%
Total	39%	57%	4%	100%

Fonte: pesquisa realizado pelo autor (São Paulo, 12 de abril)

No que se diferenciam esses segmentos? Para responder essa questão, cada um desses segmentos foi recodificado, de forma a formar uma escala com 3 categorias principais (intervencionista, oposicionista por impeachment e oposicionista contra impeachment) além de uma categoria residual (intervencionista contra impeachment), não levada em consideração na análise dado o número reduzido de casos. Assim, pode-se observar no cruzamento nas duas tabelas a seguir que os eleitores com menor escolaridade e menor renda tendem a ser mais intervencionistas, enquanto as faixas mais altas de escolaridade e de renda tende a ser mais oposicionistas a favor do impeachment.

Tabela 2 - Cruzamento. Instrução e Perfil dos manifestantes
(os % representam a soma do total na coluna)

	Total	INSTRUÇÃO			
		Fund.	Médio	Superior	NS/NR
Intervencionista	36%	48%	50%	32%	
Oposicionista a favor do impeachment	40%	35%	31%	43%	
Oposicionista contra o impeachment	14%	4%	11%	16%	
Intervencionista contra impeachment	2%		3%	2%	
NS/NR	8%	13%	6%	8%	100%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: pesquisa realizada pelo autor (São Paulo, 12 de abril)

Tabela 3 - Cruzamento. Renda e Perfil dos manifestantes

(os % representam a soma do total na coluna)

	Total	RENDAS				
		Até 2 SM	De 2 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	NS/NR
Intervencionista	36%	39%	45%	33%	27%	36%
Oposicionista a favor do impeachment	40%	32%	35%	41%	45%	45%
Oposicionista contra o impeachment	14%	12%	10%	17%	20%	9%
Intervencionista contra impeachment	2%	5%	2%	2%	2%	
NS/NR	8%	12%	8%	8%	7%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: pesquisa realizada pelo autor (São Paulo, 12 de abril)

Ao que tudo indica, a ideologia mais autoritária presente nessas manifestações não se encontram no topo da pirâmide demográfica, mas sim em sua base. Esses dados podem ser sugestivos para reafirmar as hipóteses de trabalho de Pierucci (1987) sobre o voto conservador em São Paulo, segundo o qual, o conservadorismo mais forte se assenta justamente na classe média baixa paulistana.

Conclusões

Os dados das pesquisas demonstram sumariamente que se trata basicamente de um movimento de oposição e não necessariamente de um movimento moralizador da política. Apesar de não ser organizado por nenhum partido e, inclusive não querer a participação de nenhum partido (cerca de 74% eram contra a participação dos partidos políticos), os manifestantes possuem uma clara definição antipetista e os esforços de sanar as mazelas da política brasileira passam necessariamente pela retirada do PT do Governo Federal.

Isso torna o movimento menos legítimo? Obviamente que não. Uma das definições do que significa ser uma democracia se encontra na

capacidade da oposição (aqueles que não estão no poder) ter liberdade de expressão para contestar publicamente contra a situação (DAHL, 1997). Entretanto, dentro desse conjunto de oposição existem aqueles que utilizando desse direito o utilizam para flertar com saídas antissistema e autoritárias. Não que a extrema esquerda também não faça isso, ao apelar para termos como “ditadura do proletariado” em suas manifestações, denotando que saídas autoritárias não são exclusividade dessas manifestações conservadoras e que posições radicais antissistema existem em ambos os polos do espectro ideológico.

Assim, por mais que possa parecer contraditório, o “povo na rua” não necessariamente representa uma defesa da democracia, dado que as motivações de muitos que lá estavam tinha pouco de democrático, tal como a pesquisa realizada retrata. Que fique claro, entretanto, que se tratou de uma minoria de manifestantes, mas que representava um número bastante impressionante dentro dela (pouco mais de 1/3 era favorável a uma intervenção militar).

Referências

- DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, nº 85, nov. 2009.
- HOLZHACKER D; BALBACHEVSKY, E. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006, *Opinião Pública*. v. 13 n. 2, nov. 2007
- BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL, J. Jr. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011.
- PIERUCCI, A. F. Um Toque de Classe, Média Baixa. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP. Ed.14, fev. 1986.

UMA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA CONTA? O CASO DO PLEBISCITO SOBRE A REFORMA POLÍTICA EM MEIO AOS PROTESTOS DE 2013

Wladimir G. Gramacho

Universidade de Brasília

✉ wggramacho@gmail.com

Resumo: *Este artigo apresenta um relato do contexto e das características de um survey telefônico sobre a reforma política feita pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em meio aos protestos de 2013. O episódio serve como referencial na discussão sobre a relevância que os estudos de opinião pública podem ter para informar e orientar as decisões governamentais. O relato sugere que as pesquisas tiveram um papel apenas informativo naquele caso.*

Palavras-chave: *Pesquisa de Opinião Pública; Pesquisa Governamental; Manifestações de 2013; Reforma Política.*

Abstract: *This paper presents a narrative of the context and characteristics of a telephone survey on political reform made by the Secretariat of Social Communication of the Presidency amid the protests of 2013. The episode serves as a reference in the discussion of the relevance of public opinion studies may have to inform and guide government decisions. The report suggests that the research had an informative role only in that case.*

Keywords: *Public Opinion Research; Search Governmental; 2013 events; Political Reform.*

A Presidente Dilma Rousseff, os 27 governadores e os prefeitos das 26 capitais de Estado no Brasil reuniram-se no Palácio do Planalto no dia 24 de junho de 2013. O encontro de urgência das maiores autoridades executivas do país, já na manhã de uma segunda-feira, pretendia dar resposta a milhões de brasileiros que haviam saído às ruas nos dias anteriores para protestar contra praticamente tudo, e responder aos demais cidadãos que não marcharam em manifestações, mas apoiavam majoritariamente os atos.

Em seu pronunciamento durante o encontro com governadores e prefeitos, a Presidente Dilma sugeriu pactos nacionais sobre cinco temas: responsabilidade fiscal, saúde, transporte, educação e reforma política. Sobre este último, propôs - com alguma dose de improviso - a realização de um plebiscito para que o eleitorado decidisse a respeito da convocação de uma constituinte exclusiva, que reformasse o sistema político brasileiro. Sob críticas, a proposta do governo foi tomando novas formas.

Oito dias depois, chegava ao Congresso Nacional a mensagem presidencial ratificando a sugestão de convocação de plebiscito, mas agora dirigido a conhecer as preferências dos brasileiros sobre cinco aspectos de seu sistema político: a natureza do financiamento de campanhas (público ou privado), o sistema eleitoral vigente para a eleição do Legislativo (voto proporcional ou distrital), a suplência para senador (extinção ou manutenção), a existência de votações secretas no Congresso Nacional para decisões extraordinárias (extinção ou manutenção) e a permissão para que os partidos firmem coligações eleitorais (extinção ou manutenção).

Este artigo descreve um dos diversos insumos que a Presidente Dilma Rousseff recebeu ao longo desses oito dias de elaboração da mensagem presidencial. Entre reuniões com políticos e assessores, ela consultou os resultados de uma pesquisa de opinião pública realizada no dia 29 de junho pelo Ibope, sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom)¹.

Sabia-se que os brasileiros eram amplamente favoráveis a uma reforma política². O que se ignorava era o possível resultado de uma reforma política feita por plebiscito sobre temas tão complexos. Surgiria um sistema melhor ou pior que o atual? Haveria

¹ Dias antes, o órgão havia concluído a etapa de organização de uma área especializada em estudos de opinião pública e a contratação de institutos de pesquisa. Um relato mais detalhado sobre esse trabalho pode ser encontrado em Gramacho (2014).

² Pesquisa do Instituto Datafolha havia revelado um enorme apoio popular à convocação do plebiscito. Entre os 4717 brasileiros entrevistados nos dias 27 e 28 de junho de 2013, logo após o pronunciamento presidencial, 73% disseram ser favoráveis à ideia, revelando alto interesse da sociedade brasileira em decidir sobre a reforma de seu sistema político.

coerência nas alterações sugeridas? Que grau de consenso haveria sobre os pontos de uma possível reforma?

Para esclarecer essas questões, a Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da Secom encomendou um *survey* telefônico com 600 pessoas em todo o país³. Os resultados foram surpreendentemente coerentes. Revelaram uma marcada preferência por um sistema político mais simples, em que a imputação de responsabilidades seja mais clara (POWEL; WHITTEN, 1993).

Dentre as dez questões e dilemas da reforma política levados ao questionário, o que revelou maior grau de consenso foi o que interrogava os brasileiros sobre sua posição em relação à redução do número de partidos no país: 73% dos entrevistados opinaram pela diminuição do número de legendas. O desejo tem clara consonância com a opinião de pesquisadores e especialistas dedicados ao tema (AMORIM et al., 2011) e manifestava então grande incômodo com um aspecto que faz do sistema partidário brasileiro um dos mais fragmentados do mundo.

Ainda que não sejam profundos conhecedores dos mecanismos institucionais que poderiam reduzir o número de partidos no País, os entrevistados manifestaram preferências que levariam o sistema brasileiro nessa direção. Coerentemente, 65% deles opinaram pela adoção do voto distrital, em lugar da manutenção do sistema de representatividade proporcional. Ainda que seja polêmica a adoção de uma mudança tão radical no sistema eleitoral brasileiro e que vários especialistas recomendem a introdução de ajustes graduais (AMORIM et al, 2011; SOARES; RENNÓ, 2006), o sistema distrital provavelmente produziria maior clareza de responsabilidades e tenderia a reduzir o número de partidos com representação no Congresso Nacional.

³ O relatório de pesquisa e o banco de dados podem ser solicitados por meio de correspondência endereçada a fale.secom@presidencia.gov.br.

Os entrevistados também opinaram ainda pelo fim das coligações partidárias (50%) e pela extinção do cargo de suplente de Senador (62%), medidas estas que tenderiam a reduzir o número de partidos em funcionamento no País. Preferir um número menor de partidos, contudo, não implica desejar que a cúpula de cada legenda tenha mais poder do que tem atualmente. Quase dois terços (65%) disseram desejar que os votos continuassem sendo dados ao candidato a deputado federal e não ao seu partido político. Ou seja, os eleitores preferiam continuar votando em candidatos a deputado federal (por extensão, a deputado estadual e vereador também) em lugar de dar seus votos a partidos políticos e deixar que estes escolham a ordem dos candidatos. O vínculo direto com o político era mais desejável entre os ouvidos que o laço com os partidos.

O questionário também incluiu três outras questões, sem relação com o número de partidos com representação no País. Muito antes dos Poderes Judiciário e Legislativo demonstrarem inclinação para proibir as doações de empresas a campanhas eleitorais, os brasileiros entrevistados já manifestavam rejeição às doações corporativas. Preferiam que as empresas fossem proibidas de fazer doações a campanhas eleitorais (54%), mas sugeriram que os gastos fossem financiados majoritariamente com recursos privados (43%) – do candidato ou de indivíduos. Finalmente, após reconquistarem o direito ao voto com a Constituição de 1988, os brasileiros parecem preferir que o ato seja, de fato, um direito e não um dever: 59% opinaram pelo fim do voto obrigatório⁴. As preferências do conjunto dos brasileiros eram notavelmente estáveis quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados ou ao seu nível de informação sobre a reforma política.

O Gabinete da Presidente da República recebeu um relatório analítico sobre o *survey* na manhã do dia 30, domingo, a tempo de estudá-lo e incorporá-lo à

⁴ Pesquisa do Instituto Datafolha realizada nos dias 7 e 8 de maio de 2014 com 2.844 entrevistas – representativas da população brasileira com 16 anos ou mais de idade – ratificou essa informação ao identificar que 61% da amostra posicionavam-se contra o voto obrigatório.

mensagem que seguiria para o Congresso dias depois. Impossível assegurar que o estudo foi determinante para a seleção dos cinco temas sugeridos como tópicos de consulta do plebiscito. Mas o relatório provavelmente foi um insumo importante na decisão, dada a presença de temas como o fim da suplência do cargo de senador, a decisão sobre os sistemas majoritário e proporcional e o fim das coligações partidárias. Certamente outras razões e argumentos levaram a Presidente a incluir o tema do voto secreto no Legislativo e a insistir na consulta sobre a possibilidade de financiamento público de campanhas eleitorais.

Afinal, a disputa pelo "ouvido da rainha", em que diferentes atores buscam persuadir a (o) chefe de governo e chamar sua atenção para riscos e oportunidades de representação legítima de interesses sociais, é normalmente travada entre três tipos de auxiliares que a (o) ajudam a interpretar o humor dos cidadãos. O primeiro deles, inclusive em termos cronológicos, é "o associativista", para quem a realidade relevante é aquela descrita privadamente por grupos de interesse, sejam entidades de classe, empresas, sindicatos ou movimentos sociais. O segundo é "o jornalista", para quem a realidade relevante é aquela retratada publicamente pelos veículos de comunicação. Finalmente, para "o pesquisador", a realidade relevante é aquela que emerge de dados coletados com método, sejam quantitativos ou qualitativos. O pesquisador é apenas o mais recente deles.

Referências

- AMORIM NETO, Octavio; CORTEZ, Bruno Freitas; PESSOA, Samuel de Abreu. Redesenhando o Mapa Eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental. *Opinião Pública*, v.17, n.1 [cited 2014-05-02], p. 45-75, 2011.
- GRAMACHO, W. A pesquisa governamental de opinião pública: razões, limites e a experiência recente no Brasil. *Revista do Serviço Público - ENAP*, v. 65, p. 49-64, 2014.
- POWELL, G. Bingham, Jr.; WHITTEN, Guy D. A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. *American Journal of Political Science*, v.37, n.2, p. 391-414, 1993.
- SECOM, *Pesquisa Telefônica Flash – Reforma Política*. 2013. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/pesquisa/relatorio-final-da-pesquisa-telefonica-flash-reforma-politica-29-jun-13.pdf>>
- SOARES, Gláucio; RENNO, Lucio R. (Org.) Projetos de reforma política na Câmara dos Deputados. Em: SOARES, Gláucio; RENNO, Lucio R. *Reforma Política: Lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 9-20, 2006.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

Jairo Nicolau
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
✉ jaironicolau1@mac.com

Resumo: O propósito do artigo é dimensionar os efeitos de um conjunto de variáveis sobre o desempenho dos candidatos do PT e do PSDB nas eleições presidenciais brasileiras de 2010 e 2014. A ideia é investigar em que medida características sociais (renda per capita e tamanho da população) e a cobertura do programa Bolsa Família (grau de participação em programas de transferência de renda) afetam o desempenho dos candidatos. Outro fator analisado é o papel das regiões: até que ponto as eventuais diferenças nas votações do PT e PSDB nas cidades deve-se ao fato de estas pertencerem a uma determinada região do país e não à outra? A análise de dados é realizada por intermédio de regressão linear, tomando os municípios como unidade de análise.

Palavras-chaves: eleições no Brasil; PSDB; PT; eleições presidenciais.

Abstract: The purpose of the article is to scale the effects of a set of variables on the performance of candidates of the PT and PSDB in Brazilian presidential elections of 2010 and 2014. The idea is to investigate the extent to which social characteristics (per capita income and size of population) and the coverage of the Bolsa Familia program (degree of participation in income transfer programs) affect the performance of candidates. Another factor analyzed is the role of regions: until which point the eventual differences in the votes of the PT and PSDB in cities is due to the fact that these belong to a specific region of the country and not the other? Data analysis is performed by means of linear regression, taking municipalities as the unit of analysis.

Keywords: elections in Brazil; PSDB; PT; presidential elections.

No começo de 2014, a principal dúvida dos analistas políticos brasileiros era se a Presidente Dilma Rousseff venceria as eleições no primeiro turno, ou à

JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

maneira das disputas anteriores vencidas pelo PT, haveria necessidade de um segundo turno. A certeza da vitória de Dilma desapareceu após a morte em um acidente aéreo do candidato Eduardo Campos (PSB) e sua substituição por sua vice, Marina Silva. Assim que foi lançada candidata, Marina ultrapassou Aécio Neves (PSDB) e foi apontada como nome certo para disputar o segundo turno contra a candidata do PT. A ausência de estrutura partidária em muitas regiões do país e a propaganda negativa de que foi alvo, particularmente da campanha do PT, afetaram a candidatura do PSB, que caiu lentamente nas pesquisas até ser ultrapassada nos dias finais de campanha pelo candidato do PSDB. Das sete eleições realizadas no país desde 1989, esta seria a quarta em que o PT e PSDB se enfrentariam em um segundo turno – em 1994 e 1998, o PSDB venceu no primeiro turno e o PT chegou a segundo lugar.

Em que pese a grande oscilação durante a campanha, os resultados foram bem próximos ao da disputa presidencial de 2010. Dilma obteve 38% dos votos contra os 43% na eleição anterior; Aécio obteve 30%, patamar idêntico ao obtido por Serra em 2010; Marina obteve 19% em 2014 e 18% na disputa anterior; e os brancos e nulos chegaram a 10% em 2014, contra 9% em 2010. Alguém que quisesse predizer o resultado das eleições de 2014 simplesmente apostando na repetição dos índices de quatro anos antes faria melhor do que os números das pesquisas eleitorais apresentados na véspera do pleito. O título do famoso artigo de Gary King e Andrew Gelman referindo-se ao cenário eleitoral americano, "por que os resultados das pesquisas eleitorais são tão variáveis se os votos são tão previsíveis" resume bem disputa presidencial brasileira de 2014 (GELMAN, Andrew; KING, Gary, 2009).

A questão fundamental é saber se a semelhança dos resultados agregados em nível nacional "escondem" eventuais mudanças no perfil da votação dos

principais partidos nas eleições de 2010 e 2014. O objetivo deste artigo é comparar o desempenho dos candidatos do PT (Dilma) e do PSDB (José Serra, em 2010 e Aécio Neves, em 2014) utilizando a votação nos municípios como unidade de análise. A ideia é responder a duas perguntas: Há alguma relação entre determinadas características das cidades e a votação dos candidatos? Existe algum grau de continuidade no padrão de voto quando comparamos as duas eleições?

O quadro geral da votação nos municípios

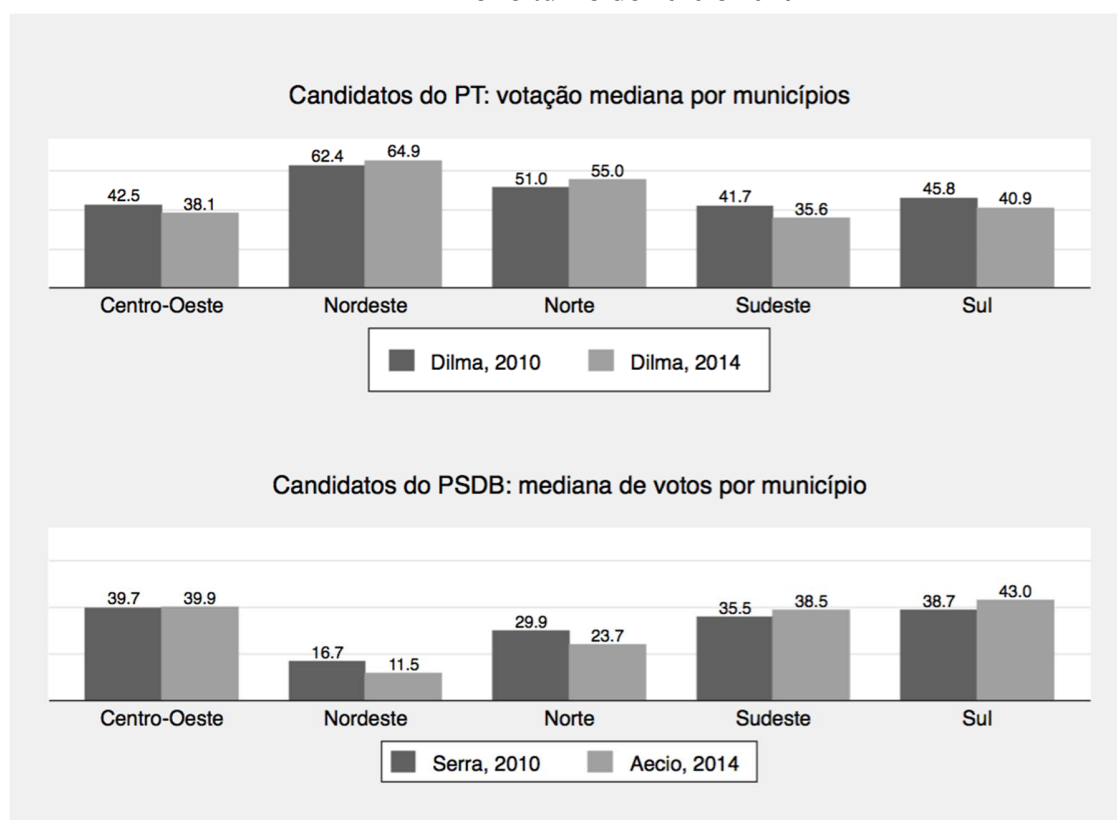
Na apresentação dos resultados das eleições no Brasil, a imprensa e quase todos os pesquisadores têm por hábito excluir os votos nulos e em branco da análise, considerando assim apenas os votos válidos. O problema desta opção é que além de não incluir na análise o voto de milhões de eleitores que anularam o voto ou apertaram a tecla em branco da urna eletrônica, ela desconsidera a intensa variação dos votos inválidos nos municípios. Para ter um quadro mais completo da manifestação das preferências eleitorais no Brasil sustento que devemos incluir os votos de todos os eleitores que compareceram para votar (inclusive os inválidos) na análise, o que é feito neste artigo.

As Figuras 1 e 2 apresentam um sumário dos resultados da votação dos candidatos do PT e do PSDB nos municípios brasileiros no primeiro turno. A Figura 1 apresenta a mediana do percentual de votos dos candidatos nas cinco regiões do país. Em relação às eleições de 2010, a votação mediana de Dilma cresceu apenas nas duas regiões que desde 2006 passaram a ser os maiores redutos do PT nas disputas presidenciais: Nordeste e Norte. Já Aécio cresceu nas cidades das regiões Sul e Sudeste, mas teve um declínio acentuado em relação a Serra (2010) nos municípios do Norte e Nordeste; nesta última região,

JAIRO NICOLAU
 OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
 COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

o PSDB obteve em 2014 a pior votação de um dos seus candidatos à Presidência da República desde as eleições de 1994.

Figura 1: Votação mediana dos candidatos do PT e PSDB, segundo a região. Primeiro turno de 2010 e 2014.



Fonte: Dados eleitorais (TSE); renda per capita (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>).

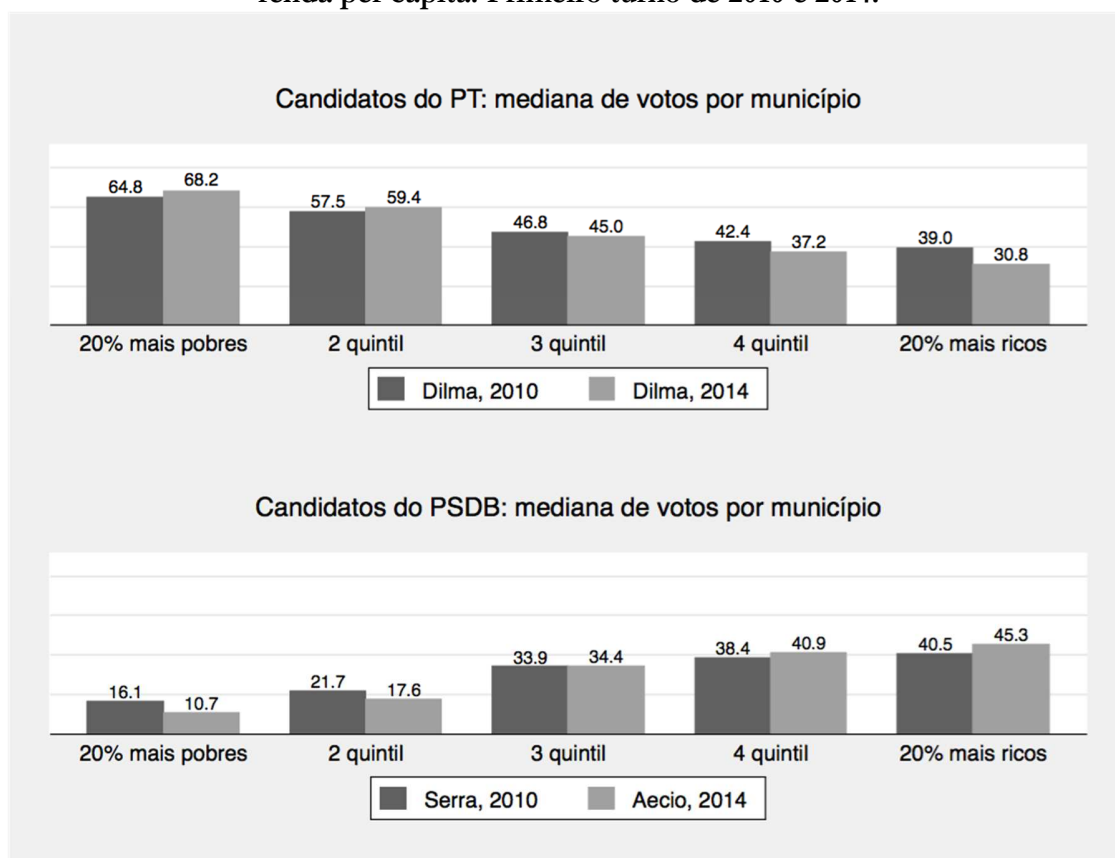
A Figura 2 apresenta a mediana da votação segundo a renda per capita dos municípios brasileiros. Os municípios foram divididos em cinco segmentos (quintis), de acordo com os dados apurados no Censo de 2010. O padrão da votação dos candidatos é o mesmo nas duas eleições, e mostra uma divisão social marcante. A votação do PT cai à medida que a renda dos municípios aumenta – em 2014, a diferença da mediana da votação dos municípios mais

JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

pobres e ricos chega a quase 30 pontos percentuais. Em 2014, chama a atenção o resultado nos dois extremos: nos 20% dos municípios de renda mais baixa, Dilma aumentou sua votação, recebendo o melhor resultado que um candidato a presidente já obteve nas cidades mais pobres do país desde 1989. Por outro lado, nos 20% mais ricos ela obteve o pior resultado de um candidato do PT desde 2002.

Nas duas eleições, a votação do PSDB tem padrão inverso à do PT, crescendo à medida que a renda per capita da cidade aumenta; Aécio foi, entre os candidatos do PSDB que concorreram à presidência desde 1994, o que teve pior desempenho nas cidades mais pobres. Já nos dois quintis superiores ele obteve uma votação mediana superior à Dilma.

Figura 2 – Votação mediana dos candidatos do PT e PSDB, segundo o quintil de renda per capita. Primeiro turno de 2010 e 2014.



Fonte: dados eleitorais (TSE); renda per capita (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>).

Uma análise multivariada

As Figuras 1 e 2 mostraram separadamente que a região e a renda per capita foram fatores decisivos para diferenciar a votação do PT e PSDB em 2010 e 2014. O próximo passo é observar os efeitos destes dois fatores simultaneamente. Para tal, optei por utilizar uma análise de regressão linear (OLS). Além da região e renda per capita, mais duas variáveis independentes foram incluídas na análise: a população total de cada município e o percentual de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, o mais importante programa social implementado pelo governo do PT. Os dados da renda per capita e da

JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

população são do Censo de 2010 e foram transformados em escalas logarítmicas.

Os efeitos do programa Bolsa Família sobre o voto para Presidente é um dos temas mais discutidos entre os estudiosos das eleições no Brasil (BOHN, 2011; CARRARO et al., 2007; NICOLAU; PEIXOTO, 2007; ZUCCO; POWER, 2013). Para mensurar a abrangência do programa em âmbito municipal, os pesquisadores têm utilizado diferentes medidas: percentual das famílias beneficiadas; gastos do programa per capita; razão entre o bolsa família e PIB municipal; a média mensal de benefícios recebidos por família. Optei por utilizar na análise o percentual de famílias beneficiadas pelo programa em cada cidade.

O percentual de votos no primeiro turno - incluindo brancos e nulos no cômputo total - foi tomado como variável dependente. Deste modo, foram construídos quatro modelos: Dilma (2010), Dilma (2014), Serra (2010) e Aécio (2014). Os resultados são apresentados nas Figuras 3 e 4. Cada figura traz os coeficientes gerados pela análise de regressão de cada um dos candidatos.

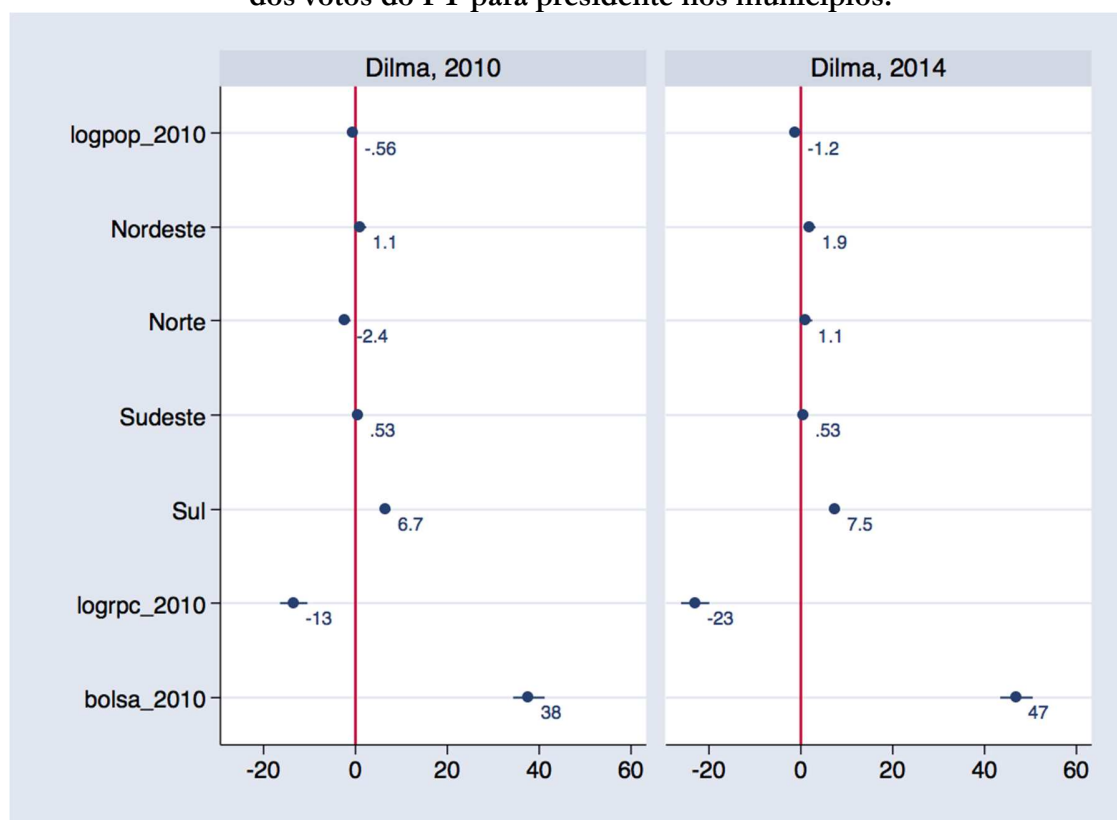
Os resultados dos coeficientes dos modelos de regressão para o PT nas eleições presidenciais de 2010 e 2014 são apresentados na Figura 3. Os efeitos das variáveis nas duas disputas é semelhante. A relação entre a população e a votação em Dilma é negativa; o que indica uma piora da votação média da candidata à medida que aumenta a população da cidade. O mesmo padrão é observado com a renda per capita: a votação da candidata do PT tende a diminuir à medida que aumenta a renda da cidade. Para os dois fatores, observamos um efeito mais acentuado nas eleições de 2014.

A região Centro-Oeste foi selecionada como categoria de referência. Comparativamente a ela, observamos que apenas na Região Sul a votação da

JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

candidata do PT foi expressivamente maior. Mantido constante os efeitos das outras variáveis, o efeito do Bolsa Família se dá na direção contrária: quanto mais famílias são cobertas pelo programa, maior tende ser a votação média para Dilma. Entre as variáveis analisadas, o Bolsa Família é a que tem maior impacto para explicar a variabilidade da votação do PT nas cidades brasileiras. Observa-se que o seu efeito é ainda mais acentuado em 2014.

Figura 3 – Coeficientes da regressão linear. Variável dependente: percentual dos votos do PT para presidente nos municípios.



Fonte: Autor

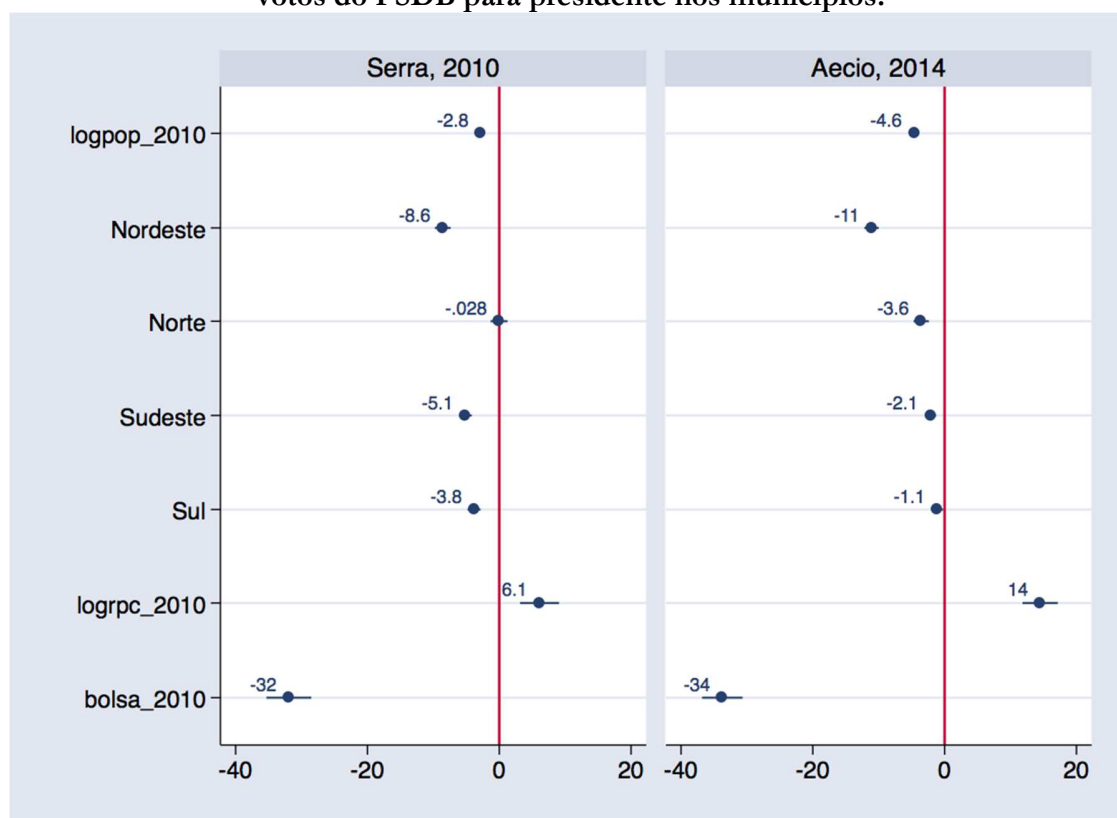
Obs: As esferas mostram os valores dos coeficientes de cada variável independente gerados pelos dois modelos de regressão: Dilma-2010 e Dilma-2014.

Sabemos que o programa Bolsa Família é bastante eficiente em alcançar as famílias mais pobres (SOARES; RIBAS; SOARES, 2009). Por isso é natural que nos indaguemos até que ponto a associação entre duas variáveis utilizadas

JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

(renda per capita e o Bolsa Família) interfere nos resultados da regressão – uma correlação simples entre as duas é de -0.86. O teste que mede a eventual colinearidade entre as variáveis, porém, mostrou que elas não estão associadas de modo a influenciar os resultados dos dois modelos com a votação de Dilma.¹

Figura 4 – Coeficientes da regressão linear. Variável dependente: percentual dos votos do PSDB para presidente nos municípios.



Fonte: Autor

Obs: As esferas mostram os valores dos coeficientes de cada variável independente gerados pelos dois modelos de regressão: Serra-2010 e Aécio-2014.

¹ Para avaliar o grau de colinearidade entre as variáveis utilizei o teste VIF (*variance inflation factor*) para os dois modelos do PT.

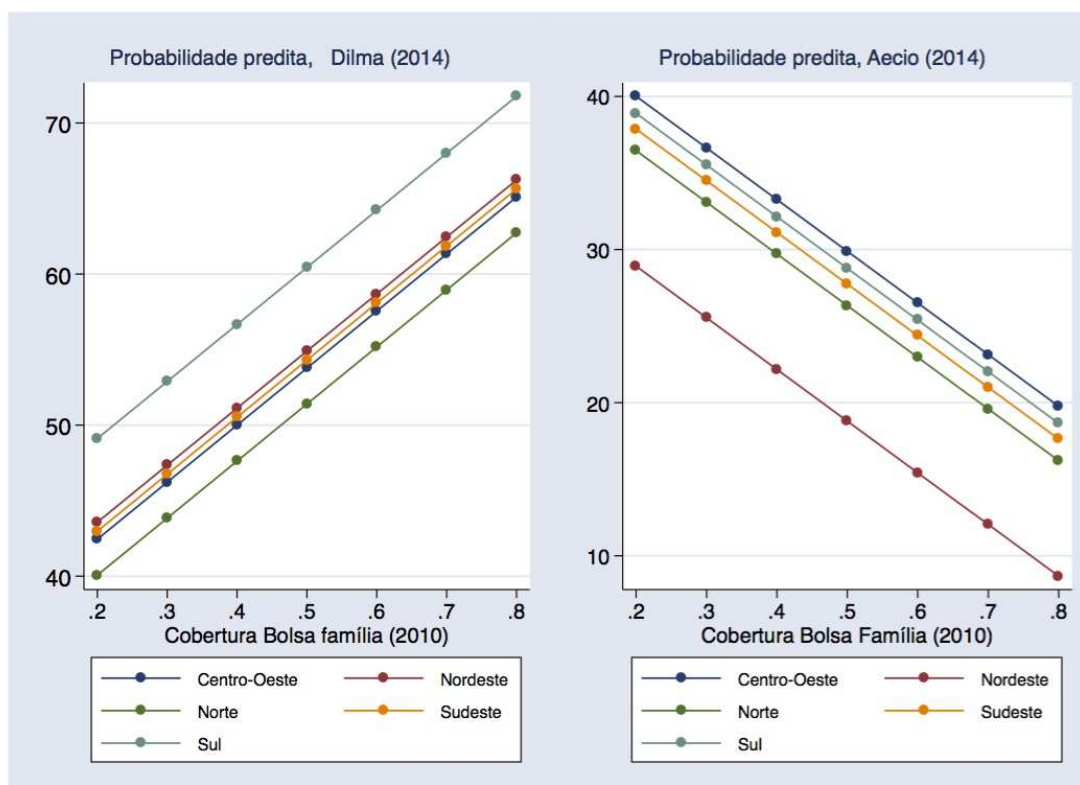
JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

Os dois modelos para os candidatos à presidência do PSDB são apresentados na Figura 4. Em ambos, os coeficientes têm efeitos semelhantes (ver os sinais de cada um), o que muda é apenas a intensidade destes efeitos. A renda per capita e o Bolsa Família têm um sinal contrário aos observados nos dois modelos do PT. Para os candidatos do PSDB, quanto maior a renda maior a votação média, e quanto maior a cobertura do Bolsa Família, menor a votação do partido. Ressalta-se que o efeito das duas variáveis também é maior em 2014.

Mantido constante os outros fatores, a votação do PSDB tende a ser inferior em todas as regiões, comparativamente à obtida nos municípios do Centro-Oeste (categoria de referência). O efeito é mais acentuado no Nordeste; nas cidades da região, o PSDB obteve, em média, 8.8 pontos percentuais a menos de votos em 2010 e 11 pontos percentuais a menos em 2014.

A partir dos dois modelos de regressão de 2014 (Dilma e Aécio), construí os dois gráficos apresentados na Figura 5. A ideia é observar os efeitos do Bolsa Família segundo a região, mantidos constantes os efeitos das duas outras variáveis (renda e população). As linhas mostram o percentual de votos esperados para cada candidato, segundo sete níveis de cobertura do Bolsa Família (com variações entre 20% e 80%). Por exemplo, numa cidade com 20% de cobertura (0.2 no gráfico), a expectativa é que Dilma tenha recebido cerca de 50% de votos no Sul e cerca de 40% no Norte. As linhas mostram o forte impacto do programa, com destaque para o efeito negativo da região Nordeste para Aécio e positivo da região Sul para Dilma.

Figura 5 – Coeficientes da regressão linear. Variável dependente: percentual dos votos do PT para presidente nos municípios.



Fonte: Autor

Obs: as esferas mostram os valores dos coeficientes de cada variável independente. As linhas laterais indicam os erros das estimativas; a mais grossa um erro padrão, a mais fina dois erros padrão.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi comparar o desempenho do PT e PSDB nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. A análise da distribuição de votos dos partidos nos municípios mostrou uma forte semelhança entre os dois pleitos. Dilma tem um melhor desempenho nas cidades mais pobres e com maior cobertura do programa Bolsa Família. A região Nordeste tem sido, desde 2006 o principal reduto do PT na disputa presidencial, mas seu efeito nos dois modelos não é tão expressivo. O fato de os municípios mais pobres e com

JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

maior cobertura do programa estarem concentrados no Nordeste, provavelmente explica o reduzido efeito da região nos dois modelos. A região Sul teve um impacto mais expressivo na votação do PT nas duas disputas; ou seja, se escolhermos dois municípios, com as mesma características, os localizados nesta região tendem, na média, a serem mais petistas.

Os efeitos da renda per capita e da cobertura do Bolsa Família na votação do PSDB são inversos aos do PT. O desempenho do partido melhora à medida que aumenta a renda das cidades e diminui a cobertura do programa Bolsa Família. A região Nordeste tem um efeito negativo e expressivo sobre a votação do PSDB nas duas disputas. Se compararmos duas cidades com a mesma característica, o PSDB tem, em média, uma votação bem menor em uma cidade da região.

Um último aspecto a ser salientado é que as duas principais variáveis selecionadas (renda per capita e Bolsa Família) têm um efeito mais intenso em 2014. Na última disputa presidencial, o Brasil ficou mais dividido, com cada partido ampliando a votação no seu reduto e diminuindo no território adversário. O PT aumentando a sua votação nas cidades mais pobres e mais dependentes do programa de transferência de renda e piorando nas cidades mais prósperas. Para o PSDB observamos uma tendência inversa. O partido intensificou sua votação nas áreas mais ricas e menos dependentes do Bolsa Família.

JAIRO NICOLAU
OPINIÃO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA BREVE
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO DE 2010 E 2014

Referências

- BOHN, Simone R. Social Policy and Vote in Brazil Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base. *Latin American Research Review*. Vol 46, n.1, p. 54–79, 2011.
- CARRARO, André et al. É a Economia, Companheiro: Uma Análise Empírica Da Reeleição de Lula Com Base Em Dados Municipais. *Ibmec MG Working Paper*, 2007.
- GELMAN, Andrew; KING, Gary. Why Are American Presidential Election Campaign Polls So Variable When Votes Are So Predictable? *British Journal of Political Science*, vol. 23, n.04, p. 409, 2009.
- NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. Uma Disputa Em Três Tempos: Uma Análise Das Bases Municipais Da Eleições Presidenciais de 2006. In *XXXI Encontro Anual Da ANPOCS*, Caxambu, 2007.
- SOARES, Sergei; RIBAS, Rafael Peres, SOARES, Fábio Veras. *Focalização E Cobertura Do Programa Bolsa-Família: Qual É O Significado Dos 11 Milhões de Famílias?* Texto para Discussão 1396, mar, 2009.
- ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002–2006: A Reply to Bohn. *Latin American Research Review*, vol. 48, n.2, p. 3–24, 2013.

COBERTURA JORNALÍSTICA DA CORRUPÇÃO POLÍTICA: SISTEMAS POLÍTICOS, SISTEMAS MEDIÁTICOS E ENQUADRAMENTOS LEGAIS

Érica Anita Baptista
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ anitaerica@gmail.com

A corrupção, sobretudo a política, é considerada um problema grave para a maioria dos cidadãos, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Essa percepção é periodicamente verificada por agências internacionais, como a Transparência Internacional. Mais do que entender as causas e as consequências da corrupção, muitos pesquisadores têm se dedicado em compreender a percepção da corrupção. Tal relevância também motivou uma parceria entre Portugal, Brasil e Moçambique¹ para a realização de um estudo comparado: “Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique”.

O livro “Cobertura jornalística da corrupção política”, organizado pela coordenadora do projeto em Portugal, a professora Isabel Ferin Cunha, e pela coordenadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), Estrela Serrano, publicado em 2014, apresenta uma reunião de artigos de pesquisadores dos três países envolvidos no projeto com análises e panoramas das investigações sobre o tema da corrupção. Esse primeiro

¹ Universidade Nova de Lisboa, por meio do Centro de Investigação Media e Jornalismo; Universidade Federal de Minas Gerais, pelo Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral; Centro de Estudos Inter-disciplinares de Comunicação (CEC) de Moçambique.

compêndio de trabalhos ainda não traz uma perspectiva comparada, mas torna público os primeiros resultados do projeto.

Os capítulos foram organizados por temas, de modo que a primeira parte do livro trata dos sistemas políticos, do aspecto jurídico da corrupção e do sistema midiático. Na segunda parte, os trabalhos dedicaram-se aos estudos empíricos.

No capítulo de abertura, Mafalda Lobo, doutoranda em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, apresenta o artigo intitulado “Análise do sistema político Português no período democrático: uma breve caracterização”. A partir de uma criteriosa revisão bibliográfica, a autora conceituou o sistema político português e suas dimensões, e procedeu com a análise do funcionamento da democracia portuguesa, especialmente no que diz respeito à Constituição, à estrutura das instituições e ao sistema eleitoral.

Na sequência, o professor da Universidade Federal de Minas Gerais e consultor do projeto, Fernando Filgueiras, e o doutorando em Ciência Política pela mesma instituição, Mateus Araújo, analisam, no artigo intitulado “A política anticorrupção e o marco legal no Brasil”, a construção das medidas anticorrupção no Brasil e sua efetiva utilização no quadro legal, a partir de mudanças ocorridas na Constituição Brasileira de 1988. Os autores explicam que o tema da corrupção ganhou relevância após esse marco temporal pelo registro de inúmeros escândalos seja na dimensão da representação política ou das políticas públicas.

António Maia, mestre em Sociologia, e Hermenegildo Borges, professor da Universidade Nova de Lisboa, colaboram com o artigo “Prevenir e reprimir a corrupção política em Portugal – evolução do quadro

legal”. Com base na evolução do quadro legal português, os autores buscam compreender as estratégias e as políticas públicas implementadas pelos sucessivos governos na tentativa de investigar e combater os crimes de corrupção praticados contra o Estado por funcionários públicos. Em seguida, Domingos do Rosário, professor da Universidade Eduardo Mondlane, argumenta que o multipartidarismo instaurado em Moçambique, após a guerra civil de 1989, não foi suficiente para garantir o exercício de um Estado de direito e da plena cidadania. No texto “Eleições e corrupção em Moçambique”, o autor apresenta um panorama de elevada corrupção política, sobretudo, eleitoral no país.

Ainda na primeira parte do livro, tratando dos sistemas midiáticos, a presidente do CIMJ, Estrela Serrano, apresenta as características do sistema midiático português, a partir da tipologia proposta por Hallin e Mancini (2010), observadas após 1974, que data a instauração da democracia em Portugal. Em “Sistema dos media em Portugal: os primeiros anos após a instauração da democracia”, a autora aborda as propriedades da mídia, do mercado e a crescente profissionalização na área. Seguindo o mesmo caminho, a professora da Universidade Católica de Lisboa, Rita Filgueiras, retrata o cenário da mídia em Portugal a partir do contexto de globalização e da crise econômica que se instaurou na Europa no início deste milênio. A autora destaca o desenvolvimento da mídia portuguesa no início dos anos 2000 e a expressividade conquistada pelos grupos de comunicação (THORBURN; JENKINS, 2002) e o impacto que a crise de 2008 causou no setor.

Em “As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro”, Nuno Mesquita, pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPs da

USP), José Álvaro Moisés, diretor do NUPPs da USP e professor na mesma instituição, e Bruno Rico, também pesquisador no NUPPs da USP, apresentam como o tema da corrupção tem sido tratado na mídia brasileira nos últimos 25 anos. Os autores ressaltam a universalidade do fenômeno e analisam a participação da mídia tanto para a informação dos eleitores a respeito da corrupção no Brasil quanto as instituições que se encarregam em monitorar e reprimir os ilícitos.

Marialva Barbosa, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assina o artigo “Sistema midiático brasileiro: multidão e expressão de uma arena política”. Nele, a autora caracteriza o sistema midiático brasileiro, sobretudo a partir da relação entre público e mídia, e considerando os conceitos de “massas” e “multidão”. O texto destaca, ainda, a ideia contemporânea de convergência das mídias e mostra sua importância no contexto brasileiro. O último artigo dessa primeira parte, de Ernesto Nhanale, doutorando em Ciências da Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona, traz uma visão geral da mídia noticiosa em Moçambique. Intitulado “Sistema dos media em Moçambique: uma breve análise do mercado da imprensa, radiofusão pública e da profissionalização do jornalismo”, o trabalho de Nhanale considera os indicadores propostos por Hallin e Mancini (2010): do mercado da imprensa escrita, que mostra um desenvolvimento recente e fraco; do sistema da radiodifusão, que se revela predominante e de domínio do governo; e a profissionalização do jornalismo em Moçambique, que ainda sofre a autocensura e a frágil regulamentação da profissão.

A segunda parte do livro traz trabalhos de vertente empírica e o primeiro deles é da coordenadora do projeto e professora da Universidade de Coimbra, Isabel Ferin. Em “Visibilidade da cobertura jornalística da

corrupção política e indicadores de opinião pública”, a autora apresenta a relação entre a opinião pública e a cobertura jornalística dos casos de corrupção política em Portugal, entre os anos de 2005 e 2012. Para tanto, foram selecionados três casos emblemáticos de 2009 – Freeport, BPN e Face Oculta – e apresentados os dados da análise da cobertura midiática. O objetivo é questionar de que forma os meios de comunicação podem interferir na percepção da corrupção e, por conseguinte, na intenção de voto dos cidadãos.

A partir de uma temática próxima, Helcimara Telles, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do grupo Opinião Pública, Pedro Fraiha, mestrando em Ciência Política na mesma instituição, e Nayla Lopes, mestre em Ciência Política também pela mesma universidade, avaliam como a percepção da corrupção teria afetado a escolha eleitoral, por ocasião da eleição municipal em Belo Horizonte (Brasil) em 2012. Com base na pesquisa “Eleições Municipais 2012”, os autores destacam e analisam importantes variáveis – a exposição à mídia, percepção e tolerância à corrupção, avaliação do estado da economia e dos candidatos à prefeitura de Belo Horizonte – para compreender a decisão do voto e verificar em que medida a percepção e os níveis de tolerância à corrupção podem ter sido relevantes para as escolhas dos eleitores.

Bruno Paixão, doutorando em Comunicação Social na Universidade de Coimbra, no artigo “Objetividade na cobertura do escândalo político e os novos propósitos de uma subjetividade objetivante”, discute a relação entre a objetividade jornalística e caso “Fátima Felgueiras”, tratado pela mídia do ponto de vista do escândalo político. O autor acrescenta à sua comunicação, os resultados de um questionário aplicado a jornalistas políticos e às direções das editoras, a respeito da objetividade e do escândalo político.

Estrela Serrano apresenta outro artigo, desta vez analisando como o caso de corrupção conhecido como *Freeport* foi tratado nos blogs portugueses de maior audiência. O trabalho propõe testar metodologias para análise de conteúdo na internet e permite, também, observar a influência dos blogs no tratamento dos acontecimentos na mídia tradicional (HERRING *et all.*, 2006).

O último trabalho, de Egídio Raposo, consultor internacional de comunicação em Moçambique, trata da importância da Internet na constituição e no processo de consolidação de um espaço que permite a participação pública em Moçambique. O autor parte do pressuposto de que as redes sociais e a mídia social da internet possuem um potencial de mobilização política, ainda que seja uma atitude mais clara em indivíduos que já possuem uma predisposição política (VISSERS, S.; STOLE, D., 2012). O artigo questiona se a democratização ao acesso à internet é um fator determinante para a consolidação desse espaço de discussão e participação pública, ou se o ativismo é indiferente ao número de cidadãos com acesso à internet.

A diversidade de cenários e perspectivas apresentadas no livro é o ponto forte da obra, pois permite ao leitor conhecer as nuances dos temas nos diferentes países. O que falta e a correção é anunciada para o próximo número, ainda no prefácio por uma das organizadoras, é uma perspectiva comparada e um diálogo entre as pesquisas e os pesquisadores.

RESENHA
ÉRICA ANITA BAPTISTA
COBERTURA JORNALÍSTICA DA CORRUPÇÃO POLÍTICA: SISTEMAS POLÍTICOS, SISTEMAS
MEDIÁTICOS E ENQUADRAMENTOS LEGAIS

Referências

- CUNHA, Isabel Ferin; SERRANO, Estrela. *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.
- HALLIN, D.; MANCINI, P. *Sistemas de mídia: Estudo comparativo três modelos de comunicação política*. Coleção Mídia e Jornalismo. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- HERRING, S. C.; KOUPER, I.; PAOLILLO, J.; SCHEIDT, L. A.; TYWORTH, M.; WELSCH, P.; WRIGHT, E.; YU, N. Conversations in the blogosphere: an analysis “from the bottom up”. *Proceedings of the Thirty-Eighth Hawaii International Conference on System Sciences*. Los Alamitos: IEEE, 2006.
- THORBURN, D.; JENKINS, H. *Rethinking media Europe*. Eunsa: Pamplona, 2002.
- VISSERS, S.; STOLE, D. Spillover effects between Facebook and on/off-line political participation? Evidence from a two-wave panel study. Edmonton, *Canadian Political Science Association*, Annual Meeting, June p.15-17, 2012.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Érica Anita Baptista é mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Geras. Atualmente, é doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do Grupo "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral", sediado na mesma instituição. Também é pesquisadora do Grupo "Discurso político midiaticizado", sediado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e colaboradora do blog Comunicação e Política e realizou seu doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra (Portugal).

Helcimara Telles possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid e na Universidad de Salamanca. Coordena o Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" da Universidade Federal de Minas Gerais.

Jairo Nicolau possui mestrado e doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ. Atualmente é professor titular do departamento de Ciência Política da UFRJ.

Jairo Pimentel Jr. possui mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e atualmente cursa o doutorado em Ciência Política nessa mesma universidade. Foi Recognised Student da Universidade de Oxford em 2011 e tem experiência na área de pesquisa eleitoral, governamental e pesquisa de mercado. É professor convidado do curso de pós-graduação em Ciência Política da Fundação Escola Sociologia e Política- SP

Wladimir Gramacho é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Ciência Política pela Universidade de Salamanca (Espanha). De 2012 a 2014 foi chefe da Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e atualmente é professor Adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).